



**CONSÓRCIOS MUNICÍPAIS E POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS:
LIMITES, DESAFIOS E TENSÕES**
Estado, políticas públicas e desenvolvimento regional

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo investigar e discutir as características das políticas e ações do Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública Integrada nos Municípios do Baixo Rio Paraíba (COGIVA). A construção do artigo baseia-se em pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, realizada por meio da coleta de informações no próprio Consórcio, nos municípios integrantes, bem como em arquivos do Ministério Público da Paraíba (MPPB), com um recorte temporal entre os anos de 2009 a 2022. Destaca-se, como resultado, a colaboração entre os municípios consorciados para a elaboração do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PIGIRS) e mobilização em torno da Lei 12.305/2010, que trata da destinação final dos resíduos sólidos (BRASIL, 2010). Neste cenário, a participação e a pressão do Ministério Público da Paraíba foram importantes para a implantação, nos municípios, da política nacional dos resíduos sólidos. A ação do Ministério Público junto ao COGIVA contribuiu, também, para a tomada de decisões e implementação de políticas com vistas ao atendimento das metas dos municípios em relação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), constantes na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Palavras-chave: Resíduos Sólidos. Consórcio. Desenvolvimento Regional.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa está classificada, como descritiva-exploratória. Segundo Gil (1989), os objetivos de uma pesquisa descritiva se concentram em identificar características de determinada população ou objeto de estudo. Neste mesmo contexto as pesquisas exploratórias são empregadas para aumentar o entendimento do problema de administração, bem como reunir informações anteriores sobre o tópico



para refinar a questão de pesquisa (COOPER; SCHINDLER, 2016; p. 222). Assim, a presente pesquisa tem natureza exploratória, bibliográfica e documental, e foi realizada por meio da coleta de informações nos arquivos e atas do próprio Consórcio, nas bases de dados e portais oficiais dos municípios integrantes, bem como em arquivos do Ministério Público da Paraíba (MPPB), tendo como recorte temporal entre os anos de 2009 a 2022.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O consórcio COGIVA, avançou no desenvolvimento das dimensões burocráticas e administrativas: eleição de composição de diretoria, estatuto, protocolo de intenções, contrato de rateio, inclusão de novos municípios e propostas de receitas e despesas, visibilidade junto aos municípios e a sociedade civil organizada.

O COGIVA também logrou êxito na construção do plano intermunicipal de resíduos sólidos. As principais tensões sempre estiveram concentradas na destinação dos resíduos sólidos na área de abrangência do Baixo Paraíba. A participação da sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa, órgãos do governo estadual, empresas do setor privado foi importante para a construção e implementação de uma política segura de destinação dos resíduos sólidos em aterros sanitários.

Entretanto, após a elaboração e aprovação do Plano Intermunicipal, o consórcio negligenciou a execução da política, deixando de regularizar e fiscalizar a prestação de serviços importantes como coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos. Devido a não continuidade dos serviços, os municípios perderam o interesse na discussão dessa pauta.

RELAÇÃO COM A SESSÃO TEMÁTICA

Entendemos que a Política Nacional de Resíduo Sólido é um tema pertinente à Sessão Temática Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional por três razões específicas. A primeira, diz respeito a discussão aqui agendada sobre territorialização de políticas, como a PNRS, que, mesmo



não sendo uma política explícita, acabar por impactar em áreas críticas para o desenvolvimento regional como saúde e meio ambiente; a segunda, diz respeito à temática dos Consórcios Intermunicipais. Estes, por sua vez, da articulação, passando pelo planejamento e atuação, à territorialização de políticas e projetos como os de destinação segura de resíduos sólidos estão diretamente ligados às políticas de Desenvolvimento Regional. E, por fim, de forma implícita, a organização e ação dos Consórcios evidenciam a possibilidade de novas relações num contexto do federalismo brasileiro – relações estas de cooperação e não de competição entre entes federados.

REFÊRENCIAS.

BRASIL. Lei N° 12.305 de 02 de agosto de 2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em 03 fevereiro de 2024.

CARVALHO, Otamar de. **Desenvolvimento regional: um problema político**. 2ª edição. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016; p. 222).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010. (Livro disponível nas Bibliotecas do SIB).

GRIN, E. J.; ABRUCIO, F. L. **Um panorama sobre a cooperação intermunicipal no Brasil: avanços e desafios para gerar cidades 362 CAPACIDADES ESTATAIS MUNICIPAIS mais sustentáveis**. In: XXI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Santiago, 2017. Documentos...Santiago: CLAD, 2016. p. 1-27.

SILVA, M, L, F. **Consórcios intermunicipais e desenvolvimento no semiárido: a experiência do COGIVA no vale do Paraíba**. Orientador: Cidoval Morais de Sousa. 2023. 104 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2023.